

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 01 de julho de 2024 às 07h57*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

**Moraes: Não existe dúvida que big techs precisam ser regulamentadas e responsabilizadas . . . . .** 3

## Correio Braziliense - Online | BR

Propriedade Intelectual

**IA generativa: entre a urgência da regulamentação e a ampliação do debate . . . . .** 4  
BRASIL

## O Globo Online | BR

Direitos Autorais

**Tribunal francês decide que Boléro foi obra exclusiva de Ravel . . . . .** 7  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | O GLOBO | AUTOR

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

**Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz Ciro Torres Freitas . . .** 8

## Agência Câmara | BR

Arbitragem e Mediação

**Especialistas defendem política de remuneração dos conciliadores e mediadores judiciais -**  
**Notícias . . . . .** 14  
NOTÍCIAS | FAVOR

## Meio & Mensagem Online | BR

Direitos Autorais

**Time faz acordo com a OpenAI e leva seu jornalismo ao ChatGPT . . . . .** 16  
MARKETING | MEIO

## Migalhas | BR

Propriedade Intelectual

**Execução pública de obras musicais e a cobrança dos direitos autorais . . . . .** 17

## Moraes: Não existe dúvida que big techs precisam ser regulamentadas e responsabilizadas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes voltou a defender a "regulamentação imediata" das redes sociais. "É necessária uma regulamentação minimalista. Ninguém quer dizer o que eles podem ou não colocar (nas redes), ninguém quer definir o que é notícia verdadeira. O que se pretende é transparência nos critérios algorítmicos", afirmou no Fórum de Lisboa nesta sexta-feira, 28.

O magistrado reiterou ainda que o que ele chama de "novo populismo digital extremista" atua com "co-nivência total" das redes sociais. "Se, no Brasil, as big techs podem dizer que antes do dia 8 de janeiro não sabiam que estavam sendo instrumentalizadas, depois do dia 8, é impossível", afirmou. "O maior perigo ao estado democrático de direito é a instrumentalização das redes sociais por grupos extremistas. A extrema direita soube aproveitar as redes sociais para criar bolhas em relação a esses discursos de ódio, e a partir dessas bolhas, tentar capturar a vontade do eleitor", disse Moraes.

O ministro relatou que fez "inúmeras reuniões com big techs" e que, em uma delas, questionou os representantes das plataformas sobre como fazem para retirar rapidamente postagens com pedofilia, pornografia infantil e violação a **direitos** autorais. "Eles disseram que 92% eles retiram antes de ter um like", disse o ministro, que defendeu ser "tecnologicamente" possível a moderação dos conteúdos.

Moraes teria questionado, então, por que as redes sociais não fazem isso com discursos de ódio. "Várias delas disseram: se todo mundo fizer, nós fazemos. Se não, não. Por quê? É uma questão econômica", afirmou o magistrado, que era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até maio deste ano.

O julgamento que discute a responsabilidade das plataformas digitais por conteúdos publicados pelos usuários deve ser retomado em agosto, segundo o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso.

# IA generativa: entre a urgência da regulamentação e a ampliação do debate

BRASIL



Discutida no Congresso, a pauta da regulação da Inteligência Artificial é considerada importante por advogados e por startups que necessitam da tecnologia

Mesmo em pauta no Congresso, a discussão sobre a da (IA), especialmente a IA Generativa (ou GenIA), avança a passos lentos no Brasil. Para vários setores, essa é uma medida que necessita de maior urgência e, em contrapartida, um debate ampliado, vide que ainda não há consenso sobre o tema.

Um relatório desenvolvido pela Google for Startups - divulgado na terça-feira (25/6) - demonstrou a relevância da implementação da GenIA para startups brasileiras, um setor que também está interessado na da tecnologia para ampliar o uso.

"Nossa pesquisa revelou o potencial da generativa para impulsionar diversos setores de negócios, abrindo um vasto campo de oportunidades ainda inexploradas. Esta iniciativa visa munir o ecossistema com informações estratégicas e dados concretos, capacitando líderes e investidores a tomar decisões mais assertivas", disse o diretor do Google for Startups para a América Latina, André Barrence.

Em entrevista ao Correio, André pontuou que as dis-

cussões sobre esse tema, que avança no Brasil por meio das discussões do Projeto de Lei nº 2.338/2023, no Congresso, precisam ser mais amplas, considerando outros setores. Ao passo que, precisam ser ainda mais disseminadas, visto que, de acordo com a pesquisa Startups & Inteligência Artificial Generativa: Destravando o seu potencial no Brasil, apenas 14% das empresas sabem que o projeto tramita no Congresso, mas 83% julgam importante ver uma .

"Fica bastante nítido que não há um consenso de como essa deve acontecer. E esse não consenso para mim nos leva a constatação de que é preciso ter mais debate, porque se esse grupo (as startups) que é tão interessado e ao mesmo tempo tão especialista no tema não estão plenamente conhecendo legislação, eu acho que é preciso ampliar o debate para que então eles possam tanto participar quanto conhecer o que está sendo discutido", destacou André .

O que precisa ser levado em consideração nessa discussão?

Para Karin Klempp, sócia advogada do Cascione Advogados, as principais preocupações para a são sobre os direitos humanos, bem como a proteção de dados e também a **propriedade** intelectual.

"Uma coisa muito importante na da , além da explicabilidade, da transparência, da não discriminação, da proteção à privacidade e da proteção de **propriedade** intelectual de titularidade, é a questão da responsabilização. Quem é responsável caso aquela ou aquele software viole direitos, machuque uma pessoa humana, destrua uma propriedade? Isso é um ponto muito polêmico", pontua a advogada que também é especialista em IA generativa, **propriedade** intelectual e proteção de dados, em conversa com o Correio.

Continuação: IA generativa: entre a urgência da regulamentação e a ampliação do debate

Ela explica que existe uma vertente nessa discussão que acredita que se humanos forem culpados por atos ilícitos, isso inviabilizaria a inovação e o desenvolvimento, porque seria uma responsabilidade muito grande.

"Eu tenho a impressão de que não dá para a gente deixar sem responsabilização, mas é uma questão de difícil solução. O que a gente está vendo como tendência é a responsabilidade objetiva então pelo simples fato de eu usar uma é uma atividade de risco e eu sou responsabilizado, a menos que eu consiga provar que eu não tive culpa ou eu tenho direito de regresso, se eu não tiver culpa. A responsabilização também é uma coisa muito importante dentro desse universo de ", destaca Karin.

Discussões precisam ser rápidas para se manter atuais?

A IA é uma tecnologia que muda muito rapidamente. O relatório do Google for Startups, por exemplo, precisou de atualizações após dois anos apenas, justamente por essa constante inovação.

Isso acende um alerta, de acordo com Karin, mas que pode ser resolvido mediante a criação de uma norma mais principiológica, que existe na Constituição. "Você tem ali alguns princípios que têm que ser observados e por meio de regulamentos, decretos e coisas que você consegue mudar mais facilmente, você vai atualizando", sugere a especialista.

Para ela, se esses princípios estiverem bem enraizados dentro de uma Lei ou colocar algumas atividades que podem ser consideradas de alta periculosidade sujeitas a inscrição prévia ou uma informação prévia de alguma alguma autoridade para que se saiba minimamente que aquilo está sendo feito, por exemplo, também é uma boa forma de prever e tentar regular minimamente sem bloquear esse desenvolvimento de inovação.

Como está a hoje?

A da IA no Brasil tramita no Senado por meio do PL 2.338/2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, que substituiu os PLs 5.051/2019, 21/2020 e 5.051/2021, e que ficou mais conhecido como o "Marco Legal da Inteligência Artificial".

Esse PL está sendo discutido no Senado e, no último dia 18, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) discutiu sobre o PL no Senado.

"A da é uma das missões mais complexas que o Parlamento enfrenta atualmente. O desafio de propor uma norma que seja capaz de proteger suficientemente direitos e garantias e de, ao mesmo tempo, fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico é enorme", disse o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator da CTIA, na ocasião.

Em discurso durante o 12ª edição do Fórum de Lisboa, o senador afirmou que o PL está pronto a ser votado e que até o fim do ano o Brasil pode ter uma nova lei de Inteligência Artificial.

"Estamos chegando ao fim dos debates no senado sobre esse assunto e a leitura final do relatório. Temos a pretensão de colocar para votação na última semana do semestre (legislativo) e enviar para a Câmara dos Deputados", acrescentou o senador.

Para a Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), o fato de o texto do PL ter sido discutido em tempo recorde e majoritariamente por juristas, sem a participação da comunidade técnica e científica do campo de IA, comprometeu a pluralidade e multisetorialidade do debate, elementos que eles consideram essenciais para a construção de regulamentações adequadas ao ambiente tecnológico.

"No campo digital, o Brasil tem um histórico exemplar de processos regulatórios amplamente discutidos, com textos construídos a partir de consensos

Continuação: IA generativa: entre a urgência da regulamentação e a ampliação do debate

entre os múltiplos agentes afetados. O Marco Civil da Internet é um exemplo de como a disponibilização e o uso de uma tecnologia intrinsecamente neutra, transversal e essencial para o desenvolvimento econômico, como a internet, pode ser regulamentada de forma inclusiva e equilibrada. Infelizmente, essa experiência parece não ter sido aproveitada na discussão do PL 2.338/2023, para o qual se atribuiu um senso de urgência injustificado que culmina na

iminente votação de um texto controverso, escrito à revelia das múltiplas considerações da comunidade técnica de IA", diz um trecho da carta aberta da Abria sobre o PL.

# Tribunal francês decide que Boléro foi obra exclusiva de Ravel

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Herdeiros do cenógrafo Alexandre Benois afirmam que ele deveria ser coautor da obra, o que tiraria a música do domínio público

Um tribunal francês decidiu nesta sexta-feira, que o "Bolero", uma das peças de música clássica mais conhecidas do mundo, foi escrita apenas por Maurice Ravel. Caso uma decisão contrária, a obra poderia ter sido tirada do domínio público.

Ravel apresentou o "Bolero" pela primeira vez na Ópera de Paris em 1928 e foi uma sensação imediata. Ele morreu 10 anos depois e seus herdeiros ganharam milhões de dólares até que os **direitos** autorais expiraram em 2016, passando ao domínio público.

Na França, os **direitos** autorais duram 70 anos após a morte do compositor, embora alguns anos extras tenham sido acrescentados para compensar as perdas durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, os herdeiros de Alexandre Benois, célebre cenógrafo que trabalhou na performance ori-

ginal de "Bolero", dizem que ele deveria ter sido creditado como coautor desde o início e exigem uma parte dos lucros. E, como Benois morreu em 1960, isso colocaria "Bolero" novamente sob **direitos** autorais até 2039.

"A música do Bolero foi criada especialmente para o balé" e não deve ser considerada uma peça musical de orquestra independente, disse um advogado do espólio de Benois a um tribunal francês em fevereiro.

O espólio de Ravel apoiou a alegação de que foi um "trabalho colaborativo" com o cenógrafo russo, até porque eles voltariam a receber pagamentos de **direitos** autorais. Os requerentes apontam vários documentos que apontam Benois como coautor da música.

Assim, o lado vencedor do caso foi a Sociedade de Autores, Compositores e Editores Musicais da França (Sacem), que diz que a alegação de coautoria é baseada em uma "ficção histórica". A Sacem ainda aponta para uma declaração oficial assinada por Ravel em 1929, identificando-o como único autor.

Segundo o advogado de Sacem, os direitos já geraram "milhões e milhões de euros" anuais, embora o valor tenha apresentado queda para uma média de R\$ 5,9 milhões anualmente entre 2011 e 2016.

## Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz **Ciro Torres Freitas**

O Brasil vem discutindo a criação de uma lei geral regulamentadora da inteligência artificial sem ter um diagnóstico satisfatório dos impactos dessa carroça na frente dos bois. Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz **Ciro Torres Freitas**.

O Brasil vem discutindo a criação de uma lei geral regulamentadora da inteligência artificial sem ter um diagnóstico satisfatório dos impactos dessa tecnologia no país. Não há um levantamento oficial sobre questões como os setores mais beneficiados, os ganhos proporcionados, os prejuízos e as ameaças. Sem isso, faz mais sentido alterar leis já existentes ou editar novas normas com foco em temas específicos.

É o que diz o advogado **Ciro Torres Freitas**, sócio do escritório Pinheiro Neto na área de tecnologia. Especializado no tema, ele é crítico da ideia de se estabelecer uma lei geral da IA no Brasil no cenário atual - o que é atualmente discutido no Congresso, por meio do Projeto de Lei 2.338/2023.

Para ele, a falta de um diagnóstico gera o risco de que a futura lei "seja insuficiente para mitigar os efeitos indesejados da IA" - como a discriminação algorítmica - e acabe "inibindo os potenciais benefícios dessa tecnologia" ou desencorajando o seu uso.

Segundo **Freitas**, conhecer os impactos causados pela IA é "algo fundamental para se definir prioridades, identificar lacunas na legislação atual e, a partir disso, delimitar o escopo de novas normas a serem criadas". Como esse diagnóstico ainda não foi feito no país, ele defende que a regulamentação aconteça "remediando aquelas situações mais prementes e evidentes de forma pontual".

"A lei não pode ser uma solução à procura de um problema. A lei deve vir para resolver situações concretas", assinala o advogado. Na sua visão, uma lei

geral da IA não seria um problema "se estivessem claros os impactos dessa tecnologia na nossa sociedade".

Na entrevista à revista eletrônica Consultor Jurídico, **Freitas** ressalta que é incomum no Brasil a criação de leis gerais sobre tecnologias. O caminho mais adotado é a regulamentação do seu uso "em âmbitos específicos".

O advogado ainda explicou que alguns problemas causados pela IA já possuem soluções dentro da legislação atual - por exemplo, questões de responsabilidade civil já são resolvidas pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) e pelo Código Civil.

Por outro lado, ele acredita que algumas leis já existentes poderiam ser "ajustadas pontualmente para endereçar situações envolvendo IA". Os problemas relacionados a obras protegidas usadas em treinamentos de sistemas de IA, por exemplo, poderiam ser corrigidos com alterações na Lei de **Direitos** Autorais.

Leia a seguir a entrevista:

**ConJur** - Está claro, no Brasil, quais problemas gerados pela IA precisam ser solucionados pela legislação?

**Ciro Torres Freitas** - Não há um diagnóstico satisfatório dos impactos da IA no nosso país. É curioso porque o governo brasileiro lançou, em 2021, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, que serviria exatamente para nortear as ações do Estado em prol do desenvolvimento de uma série de ações relacionadas à IA.

Nesse documento há um capítulo exatamente sobre diagnóstico do uso da IA. Mas a verdade é que ali há pouquíssima coisa a respeito dos impactos concretos



Continuação: Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz *Ciro Torres Freitas*

da IA na nossa sociedade. Em termos de problemas constatados, formas de prevenção e riscos versus benefícios, esse documento traz praticamente nada.

Então, não há hoje, no Brasil, um levantamento oficial sobre questões como: quais são os setores que mais se beneficiam da IA, quais são os ganhos proporcionados, quais são os prejuízos, quais são as ameaças etc.

Conhecer esses impactos é algo fundamental para se definir prioridades, identificar lacunas na legislação atual e, a partir disso, delimitar o escopo de novas normas a serem criadas.

É claro que alguns desses impactos podem ser comuns ao que se verifica em outras jurisdições, de outros países. Certas questões envolvendo IA são universais. Mas é bastante provável que também existam especificidades locais, que precisam ser refletidas em uma lei do nosso país. E a única forma de cobrirmos isso é por meio de um diagnóstico que ainda não existe.

**ConJur - Quais são os principais problemas de se discutir uma lei geral da IA sem um diagnóstico ou panorama sobre os problemas da IA e as soluções pretendidas?**

**Ciro Torres Freitas -** O principal problema é que o legislador acaba ficando exposto ao risco de criar uma lei que seja insuficiente para mitigar os efeitos indesejados da IA, e que também pode acabar involuntariamente inibindo os potenciais benefícios dessa tecnologia.

Quando uma lei não é concebida levando em conta as diferenças significativas sob o ponto de vista econômico e social existentes na população brasileira, ela pode não ser suficientemente adequada em relação à necessidade de mitigar, por exemplo, os vieses discriminatórios de sistemas de IA - a discriminação algorítmica.

Por outro lado, uma lei que não traga as ressalvas apropriadas para a nossa realidade local pode, por exemplo, desencorajar o uso da IA em procedimentos médicos, na medida em que venha sujeitar o operador a um regime de responsabilidade mais severo do que o geral, mesmo que o método por ele utilizado seja comprovadamente melhor e gere resultados mais seguros e mais positivos para os pacientes em comparação a outras tecnologias.

Então, podem existir falhas legislativas em ambas as direções, se a lei não refletir a realidade da nossa sociedade. A lei não pode ser uma solução à procura de um problema. A lei deve vir para resolver situações concretas.

**ConJur - Quem deve fazer esse diagnóstico?**

**Ciro Torres Freitas -** Na medida em que o governo lançou uma Estratégia Brasileira de IA e se propôs a se valer desse documento para guiar suas ações em prol do desenvolvimento dessa tecnologia, esse diagnóstico deveria ser feito no contexto dessa iniciativa. Caberia, sim, ao governo pelo menos tomar a iniciativa de promover esse diagnóstico.

Lógico que o governo não precisa fazer isso sozinho. Ele pode se valer de parcerias com entidades de pesquisa, universidades e a própria sociedade civil. Não é uma tarefa que deve ser atribuída única e exclusivamente ao Estado. Mas cabe ao governo, na medida em que se propõe a criar normas de escopo tão amplo a respeito de algo tão relevante, ao menos liderar essa iniciativa de fazer um diagnóstico adequado sobre os impactos da IA.

Instituições com capacidade e interessadas em contribuir com o governo nessa caminhada não faltam na sociedade brasileira. A questão é que avançamos muito mais na elaboração da lei do que nesse passo que idealmente deveria ser dado antes, de fazer o diagnóstico da situação.

**ConJur - Faz sentido criar uma lei geral da IA no Bra-**

Continuação: Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz *Ciro Torres Freitas*

sil hoje?

*Ciro Torres Freitas* - A criação de leis gerais sobre IA vem se consolidando como tendência no contexto internacional, até como ilustram os exemplos recentes da União Europeia, do estado de Colorado nos EUA e de outros países que vêm seguindo esse caminho.

Mas a verdade é que, antes disso, muitos países já continham previsões legais específicas, ou mesmo leis com escopo mais reduzido sobre IA. A Espanha é um exemplo: lá, em determinada lei, há uma previsão de que decisões tomadas pelo Estado com o uso de IA precisam ter alguns critérios de transparência e accountability.

A China é um outro exemplo, pois tem algumas leis sobre IA em contextos específicos, como criação de conteúdo conhecido como deep synthesis (o popular "deepfake"). São mais de 30 países hoje que já têm leis federais em alguma medida tratando de IA.

Ter uma lei geral no Brasil não seria um problema se estivessem claros os impactos dessa tecnologia na nossa sociedade e o legislador pudesse endereçar adequadamente, na norma, os efeitos adversos e os benefícios da tecnologia.

Sem esse diagnóstico, faz mais sentido iniciar a regulamentação remediando aquelas situações mais prementes e evidentes de forma pontual - seja pela alteração de leis já existentes, seja pela edição de novas normas focando em temas específicos. Mas o legislador brasileiro já se decidiu pelo caminho de uma lei geral. Essa decisão já está tomada e dificilmente será revertida.

*ConJur* - A criação de leis gerais costuma ser um bom caminho na área de tecnologia?

*Ciro Torres Freitas* - Na tradição legislativa brasileira, não há uma constante de criação de leis gerais sobre tecnologias. Normalmente, as grandes questões jurídicas trazidas com novas tecnologias são en-

dereçadas pontualmente em outras normas que já existem.

O laser, por exemplo, é uma tecnologia amplamente utilizada, desde finalidades básicas de entretenimento, como iluminação de ambientes ou candelas usadas para orientar apresentações, até aplicações muito sofisticadas no âmbito da medicina e da engenharia aeroespacial. É uma tecnologia que traz vários benefícios e também sérios riscos. E nunca cogitamos, na história do Brasil, criar uma lei geral sobre essa tecnologia.

Existem leis específicas que regulamentam o uso dessa tecnologia em âmbitos específicos. E assim é com tantas outras tecnologias que foram surgindo ao longo dos anos. Não é da cultura brasileira criar leis gerais sobre tecnologias. Isso é algo bastante incomum.

Então, isso também é um motivo de questionamento do porquê de termos tanto apetite em sair do zero - da situação de não ter lei nenhuma sobre IA - para um passo inicial de ter uma lei geral com aplicação ampla e escopo extremamente abrangente.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Marco Civil da Internet (MCI) são leis relacionadas à área da tecnologia, mas não são leis gerais sobre uma tecnologia. A LGPD versa sobre o uso de dados pessoais, não necessariamente sobre um tipo de tecnologia. Ela tem, sim, um escopo super amplo e transversal, mas não é uma lei que versa sobre tecnologia.

O MCI não é uma lei tão ampla. Ele versa sobre alguns aspectos do uso da internet. E, na minha concepção, a internet não é propriamente uma tecnologia. A internet está mais próxima de ser um ambiente formado pelo uso de algumas tecnologias, alguns equipamentos e pelo componente humano. Todos esses elementos compõem o que hoje conhecemos como internet, um conjunto de redes. Mas não pode ser equiparada a uma tecnologia como a IA.

Continuação: Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz Ciro Torres Freitas

**ConJur - A experiência europeia deve ser levada em conta no debate sobre regulamentação da IA no Brasil?**

Ciro Torres Freitas - O modelo regulatório europeu, orientado principalmente para os direitos humanos, atualmente tem um protagonismo sobre muitos países. É algo conhecido como efeito Bruxelas: as normas feitas na União Europeia acabam se replicando em outros países. Isso se aplica, inclusive, ao Brasil. A LGPD é um exemplo muito claro disso - é bastante inspirada no regulamento europeu de proteção de dados.

Não devemos importar integralmente o modelo europeu. Até porque, em matéria de IA, um modelo muito orientado para a proteção dos direitos das pessoas afetadas pelos sistemas pode acabar inibindo excessivamente os benefícios e os potenciais da tecnologia, que não são poucos.

A IA é usada hoje na área da medicina, da acessibilidade, da educação. São benefícios incontáveis e que, talvez, sem o uso dessas tecnologias, a civilização demorasse muitos anos para atingir. Importar totalmente o modelo europeu não é o ideal.

Agora, se partirmos da premissa de que queremos e teremos no Brasil uma lei geral de IA, o regulamento europeu é uma referência que não pode ser ignorada - idealmente com as ressalvas e os ajustes necessários para adequar à realidade brasileira. Existem aspectos e definições, como a abordagem baseada em risco, que podem ser aproveitados.

O melhor seria, na minha visão, se pudéssemos testemunhar a efetiva aplicação do regulamento europeu de IA antes de ter uma lei geral em vigor no Brasil. Isso nos permitiria avaliar melhor o que seguir e o que fazer diferente, sem prejuízo de, nesse meio-tempo, eventualmente editar normas mais específicas ou atualizar leis já em vigor para endereçar os pontos mais prementes.

**ConJur - As mudanças constantes dos sistemas de IA causam risco de uma eventual regulamentação ficar obsoleta em pouco tempo?**

Ciro Torres Freitas - Esse é um dos riscos inerentes à regulamentação de novas tecnologias. E ficou muito evidente isso durante o trâmite legislativo do regulamento europeu de IA. Foram feitas inúmeras mudanças no texto ao longo do processo, até o último momento. Conforme a tecnologia ia se tornando mais avançada, o legislador da União Europeia fazia uma alteração no texto para refletir e compreender isso na iniciativa legislativa.

Como as aplicações e as finalidades de uso dos sistemas de IA são muito amplos, virtualmente ilimitados, o legislador precisa ter um cuidado ao criar as normas sobre essa tecnologia. Esse cuidado pode se dar, por exemplo, por meio da criação de normas mais principiológicas ou por meio de previsões legais que guardem alguma abertura para a futura atualização de alguns aspectos via regulamentação. Existem mecanismos para o legislador endereçar esse aspecto da IA ao editar norma.

Um professor chamado David Collingridge publicou em 1980 o livro *The Social Control of Technology*, um marco na regulação de novas tecnologias. Nessa obra, ele diz que é mais fácil regular com sucesso uma tecnologia quando ela ainda é nova. Só que, provavelmente, essa tecnologia ainda não mostrou todas as suas consequências indesejáveis. Então, a lei não vai conseguir endereçar esses pontos.

A alternativa seria aguardar e ver a tecnologia mostrar essas consequências indesejáveis. Mas, ao aguardar, é possível que essa tecnologia se torne tão consolidada e impregnada na sociedade, que ficaria mais difícil fazer a regulação, por conta das resistências sociais.

Esse dilema ilustra bem a complexidade de se regular novas tecnologias. O que se propõe aos legisladores confrontados com essa situação é que eles fujam de

Continuação: Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz Ciro Torres Freitas

situações extremas. O ideal é buscar sempre uma atuação legislativa mais equilibrada.

ConJur - Quais problemas causados pela IA já possuem soluções dentro da legislação atual?

Ciro Torres Freitas - Embora o Brasil não tenha, pelo menos no âmbito federal, leis efetivamente sobre IA, possui várias normas que se já aplicam a diferentes circunstâncias do uso dessa tecnologia e que, eventualmente, podem ser atualizadas para endereçá-lo de forma mais adequada.

No contexto de uma relação de consumo, já existe no CDC a previsão de que os fornecedores de produtos ou serviços estão sujeitos a uma responsabilidade que não depende de culpa. Eles estão sujeitos a sanções administrativas em caso de defeitos e são demandados a fornecer informações adequadas sobre os riscos gerados pelos produtos e serviços. Mesmo nas relações que não sejam de consumo, há normas no Código Civil a respeito da responsabilidade das partes contratantes.

A última versão do PL 2.338/2023, quando trata da responsabilidade civil, prevê que, no âmbito das relações de consumo, as hipóteses de responsabilização dos agentes de IA sujeitam-se ao regime do CDC, enquanto as demais hipóteses ficam sujeitas ao regime do Código Civil. Então, o texto atual não introduz praticamente nada de novo sobre responsabilidade civil. Ele simplesmente faz referência a normas que já existem a respeito do tema.

Se pensarmos em um sistema de IA que utilize dados pessoais - seja no seu treinamento, seja no seu funcionamento -, o responsável por esse sistema precisa seguir a LGPD, uma norma que estabelece as condições para o uso de dados pessoais, uma série de obrigações para quem faz esse uso, vários direitos aos titulares e sanções bastante significativas para hipóteses de descumprimento das suas previsões. Isso já está garantido no ordenamento jurídico brasileiro.

Existem também várias exposições relevantes da Constituição. Ela resguarda direitos fundamentais que precisam ser observados em quaisquer relações humanas, como a inviolabilidade da vida privada, da honra, a tutela da saúde e a dignidade da pessoa humana. São direitos que protegem ou podem proteger aqueles que estiverem expostos a sistemas de IA.

Claro, essas normas podem não ser suficientes para reger todas as situações envolvendo a IA. Mas, sem dúvida, já conferem algum grau de proteção que é importante.

ConJur - Quais problemas pontuais causados pela IA podem ser corrigidos em normas já existentes?

Ciro Torres Freitas - Quanto a leis que podem ser ajustadas pontualmente para endereçar situações envolvendo IA, há o exemplo da Lei de **Direitos** Autorais. Qualquer modalidade de uso de obras autorais protegidas depende de autorização prévia do criador. A lei traz algumas exceções a essa regra, mas elas não compreendem, por exemplo, o uso das obras protegidas para fins de treinamento de sistemas de IA.

Isso é algo que pode ser alterado na própria Lei de **Direitos** Autorais, seja para autorizar esse uso ou para estabelecer as condições para que ele venha a ocorrer. A solução no âmbito da própria lei é mais apropriada do que transferir essa discussão para uma outra norma.

O Tribunal Superior Eleitoral, por meio de resoluções, também criou algumas regras específicas relacionadas ao uso de IA no contexto de campanha eleitoral. Em vez de aguardar ou promover uma lei geral que abordasse o uso de IA também durante o período ou para fins eleitorais, o TSE editou uma regulamentação sobre esse aspecto, sem a necessidade de se criar uma lei geral.

ConJur - Para além da falha conceitual, quais são os principais problemas no texto do PL 2.338/2023?

Continuação: Sem diagnóstico dos impactos da IA, lei geral não é melhor caminho, diz Ciro Torres Freitas

Ciro Torres Freitas - A iniciativa de legislar sobre IA é positiva, independentemente do formato da lei ou do ritmo do trâmite legislativo. Tem muita gente séria e comprometida com essa pauta, e isso é algo elogiável. O Brasil não pode ficar de fora dessa discussão a respeito da regulamentação da IA, que já é uma realidade no nosso cotidiano. As críticas devem ser sempre construtivas e propositivas.

A última versão do PL 2.338/2023 diz que não constitui ofensa aos **direitos** autorais o uso automatizado de conteúdo protegido para o desenvolvimento de sistemas de IA, mas apenas por organizações e instituições de pesquisa, jornalismo, museus, arquivos, bibliotecas e educacionais, desde que sem fins comerciais, além de outras condições e critérios ali previstos. Para as demais hipóteses, o texto prevê a criação de um ambiente regulatório experimental, chamado de sandbox, para dispor sobre a remuneração dos titulares dos **direitos** autorais por parte dos agentes de IA.

Na minha visão, o ideal seria resolver desde já essa situação - seja por meio da lei geral ou, idealmente, pela via de atualização da Lei de **Direitos** Autorais. Não resolve o nosso problema proibir empresas que não sejam essas instituições mencionadas e que tenham finalidade comercial de utilizar obras protegidas no treinamento de sistemas de IA, até que se venha a resolver no futuro uma forma de remuneração dos titulares desses direitos.

Isso coloca o Brasil em uma situação sensível. Enquanto, em outros países, obras protegidas - como matérias jornalísticas, fotografias, pinturas, obras de

arte e músicas - já estão sendo utilizadas no treinamento desses sistemas, todo esse material em língua portuguesa não poderia, de forma nenhuma, ser utilizado por empresas com fins comerciais, até que se venha a definir, depois de uma experiência em um ambiente regulatório experimental, como a remuneração poderia ocorrer.

Isso pode acabar colocando o Brasil em uma situação marginal em relação à IA, principalmente generativa, na medida em que o conteúdo redigido em língua portuguesa teria uma restrição muito grande à utilização para o treinamento dos sistemas. Isso compromete claramente o resultado gerado por esses sistemas.

Enquanto outros países seguiriam utilizando plenamente essas ferramentas, o Brasil teria esse óbice legislativo para isso. Não estou aqui defendendo que o uso dessas obras protegidas seja feito de forma indiscriminada, sem qualquer condição ou de remuneração aos titulares. Mas precisam ser resolvidas desde já, na nossa legislação, as condições para que esse uso possa ser feito.

O texto atual do PL 2.338/2023 não faz isso. Ele relega a um momento futuro e incerto a solução para essa questão. Esse ponto merece aprimoramento.

José HigídioÉ Repórter Da Revista

# Especialistas defendem política de remuneração dos conciliadores e mediadores judiciais - Notícias

NOTÍCIAS



Debate foi promovido pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara

Direito e Justiça

Especialistas defendem política de remuneração dos conciliadores e mediadores judiciais

Debate foi promovido pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara

0

Comentários

28/06/2024 - 19:02

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Glauber: "É fundamental que os tribunais de Justiça assumam essa despesa"

Participantes de audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados afirmaram que o trabalho exercido por conciliadores e mediadores de Justiça precisa ser remunerado.

O trabalho dos conciliadores é remunerado em al-

guns estados e não conta com regras claras. Um projeto aprovado na Câmara e que está tramitando no Senado (PL 233/23) acrescenta um dispositivo ao Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) para que a gratuidade da Justiça não inclua o trabalho do conciliador ou mediador nas audiências que excederem o percentual de audiências não remuneradas previstas em lei. O pagamento ficaria a cargo da União ou do estado, conforme o caso, de acordo com a tabela fixada pelo tribunal.

A **mediação** e a conciliação são métodos alternativos de solução de conflitos. O objetivo é prestar auxílio a qualquer cidadão na tentativa de solução de um problema, sem a necessidade de uma decisão judicial.

A juíza federal Rosimayre Gonçalves lembra que o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu em 2010, como política da instituição, a criação de centros de conciliação no sistema de Justiça e previu a necessidade de auxiliares com formação de dois anos de graduação e um curso no Tribunal de Justiça para fazer esse trabalho. Cinco anos depois, o Código de Processo Civil reforçou a ideia da conciliação na Justiça. Os tribunais ficaram de regulamentar a remuneração, o que não aconteceu até hoje.

"A conciliação dá voz ao cidadão, traz o cidadão para dentro do processo. Você dá um ganho significativo na cidadania. E os custos reduzidos de todo o sistema. Então você reduz custos, dá ganho de cidadania, soluciona com rapidez, que é o que a sociedade deseja, e você não remunera essas pessoas. Tem um contrassenso aí", disse Rosimayre Gonçalves.

A juíza federal coordena o centro de conciliação da seção judiciária do Distrito Federal e diz que, nos últimos seis anos, houve seis cursos de formação para mediadores com carga horária de no mínimo 40 ho-

Continuação: Especialistas defendem política de remuneração dos conciliadores e mediadores judiciais - Notícias

ras. Há exigência de 80 horas de trabalho gratuito e estágio.

Foram formados 176 conciliadores no período. Apesar da necessidade de 80 conciliadores para o centro de conciliação funcionar, apenas 18 atuam, por falta de estímulo.

## Desafio

A presidente da Associação dos Mediadores de Árbitro do DF, Francilma Alves Mendonça de Oliveira, afirmou que o Tribunal de Justiça do DF está formando uma comissão para avaliar o assunto e lembrou que, em alguns estados, os conciliadores são remunerados.

Para a presidente do Sindicato dos Mediadores e Conciliadores Judiciais e Extrajudiciais de São Paulo, Márcia Cristina da Silva, o grande desafio é criar uma política pública que atenda o País inteiro. "O DF, por exemplo, não paga nada. O estado de São Paulo, quando as partes não são beneficiárias da Justiça gratuita, elas custeiam o processo e pagam o mediador. Quando a parte vem pela Justiça gratuita, o mediador não recebe nada. E há comarcas que consideram todo mundo Justiça gratuita e não pagam nada. O Ceará, por exemplo, paga um valor em torno de R\$ 50, R\$ 60 e condiciona muitas vezes ao êxito", exemplificou.

A presidente do sindicato disse que processos que poderiam levar anos são resolvidos rapidamente graças ao trabalho dos mediadores de conflito. Há uma resolução do CNJ (Resolução 271/18) que criou uma tabela nacional para mediação.

A juíza auxiliar da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), Trícia Navarro, disse que um levantamento feito em 2020 apontou que, dos 32 tribunais estaduais e federais, apenas 14 tinham regulamentado a remuneração de mediadores. O desestímulo faz com que haja 10 mil mediadores cadastrados em São Paulo, mas apenas 2 mil atuem.

## Projeto de lei

O presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Glauber Braga (Psol-RJ), defendeu a análise do projeto sobre remuneração de conciliadores judiciais quando a proposta voltar para a Câmara.

"A reivindicação que está sendo apresentada é de avaliação de um projeto de lei que trata especificamente da remuneração naqueles casos específicos onde existe gratuidade de Justiça. E, nesses casos, então, é fundamental que os tribunais de Justiça assumam essa despesa", disse Glauber Braga.

Na audiência pública, o juiz federal Daniel Marchionati informou que o Conselho da Justiça Federal vai analisar um projeto que trata do custo para nacionalizar a remuneração dos mediadores. O debate na Câmara foi solicitado pela deputada Rosângela Reis (PL-MG).

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto  
Edição - Ana Chalub



# Time faz acordo com a OpenAI e leva seu jornalismo ao ChatGPT

MARKETING



A partir de parceria, a OpenAI terá acesso ao arquivo de conteúdos do veículo norte-americano para treinar sua solução de inteligência artificial

A revista Time anunciou na última quinta-feira, 27, um acordo de conteúdo com a OpenAI. A parceria estratégica plurianual visa, segundo o veículo, levar seu jornalismo confiável aos produtos da empresa de Sam Altman, como o ChatGPT.

O acordo dá à OpenAI acesso a arquivos de conteúdo atuais, bem como dos últimos 1 anos. Assim, a companhia poderá utilizar as informações para treinar seus produtos de inteligência artificial.

Ao fornecer respostas que envolvam conteúdos da Time por meio de suas soluções, a OpenAI compromete-se com o crédito e link que direciona à matéria de origem no portal Time.com.

Na contramão, a Time também deverá se beneficiar do arcabouço tecnológico e expertise da OpenAI para desenvolver novos produtos à sua audiência. A colaboração permite, ainda, a possibilidade de trocas entre companhia e veículo para aprimorar a entrega de jornalismo no ChatGPT.

A Time é mais um veículo que vem firmando parceria com a OpenAI para fomentar o jornalismo seguro e de credibilidade nas plataformas de IA. Em maio, a News Corp. assinou ao lado da companhia um acordo estimado em US\$ 250 milhões para for-

necer conteúdos dos jornais do grupo ao ChatGPT.

Também neste ano, El País e Le Monde entraram no grupo de parceiros editoriais da OpenAI, permitindo que as informações produzidas sejam disponibilizadas ao chatbot de IA e utilizados para treinar a tecnologia.

IA versus jornalismo

O embate entre veículos e a dona do ChatGPT vem desde 23. No final do ano passado, o The New York Times entrou com uma ação judicial contra a OpenAI e a Microsoft por violar **direitos** autorais. O veículo alega que a empresa de tecnologia tenha utilizado seu jornalismo sem autorização para alimentar modelos de linguagem.

Posteriormente, em janeiro, o jornal anunciou a criação de um time inteiramente voltado à IA. A proposta da equipe é explorar como a IA e machine learning podem auxiliar nos processos da redação.

O movimento da IA já é pauta também no jornalismo brasileiro. Na última quinta-feira, 27, o Grupo Globo atualizou seus princípios editoriais para incluir diretrizes a respeito do uso de inteligência artificial no jornalismo.

Entre as diretrizes o Grupo elenca a transparência e supervisão humana, a apuração, produção e distribuição de jornalismo com auxílio de IA e questões envolvendo **direitos** autorais e governança.



## Execução pública de obras musicais e a cobrança dos direitos autorais



O ECAD é uma entidade que cobra e distribui **direitos** autorais de obras executadas publicamente, conforme a Lei de **Direitos** Autorais, beneficiando artistas e autores.

Execução pública de obras musicais e a cobrança dos **direitos** autorais Hugo Werneck O ECAD é uma entidade que cobra e distribui **direitos** autorais de obras executadas publicamente, conforme a Lei de **Direitos** Autorais, beneficiando artistas e autores. sexta-feira, 28 de junho de 2024 Atualizado às 07:24 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição é uma entidade privada, sem fins lucrativos e constituído por associações de titulares de **Direitos** Autorais, representando os interesses dos autores e intérpretes, e, por sua vez, cobram e distribuem os valores arrecadados pelo ECAD aos artistas.

O ECAD foi instituído com base no art. 99 da lei Federal 9.610/98 (lei de **direitos** autorais), sendo responsável pela cobrança e distribuição de **direitos** autorais sempre que existe execução pública de músicas, obras, lítero-musicais, audiovisuais e de abpi.empauta.com

fonogramas executados em emissoras de rádio e TV, shows, eventos, estabelecimentos comerciais, cinemas, plataformas de streaming, dentre outros canais e espaços.

As obras musicais possuem proteção, com base na lei de **direitos** autorais, e a execução das músicas sem prévia autorização configura ato ilícito, podendo acarretar a cobrança de **direitos** autorais, o STJ tem proferido decisões importantes quanto à execução pública de obras musicais.

Um debate constante é sobre o que seria execução pública, pois diversos estabelecimentos com relevante fluxo de pessoas possuem obrigatoriedade de pagamento dos **direitos** autorais, incluindo: academias, bares, restaurantes, shoppings, boates, lojas, hotéis e motéis. O único estabelecimento que é isento do pagamento de **direitos** autorais são escolas que utilizam obras musicais para fins didáticos.

Esse debate se estende para a cobrança dos **direitos** autorais de músicas em eventos públicos e sem proveito econômico, sendo certo que as obras são protegidas por lei e o pagamento por **direitos** autorais protege a **propriedade** intelectual, na medida em que esta cobrança garante o reconhecimento do trabalho artístico.

Portanto, o que não se pode confundir é que a obrigatoriedade do pagamento de **direitos** autorais independe de lucro ou proveito econômico, ou seja, tanto em locais privados e com custo para circulação, como em locais públicos sem custo para circulação, o reproduzidor das obras musicais fica responsável pelo recolhimento dos **direitos** autorais, conforme entendimento recente do STJ no REsp 2.098.063.

O STJ no caso acima julgou ação em que o ECAD ingressou com uma ação de cobrança de **direitos** autorais em face do município de Cerquilho, no Estado

Continuação: Execução pública de obras musicais e a cobrança dos direitos autorais

de São Paulo, cuja prefeitura realizava eventos públicos e utilizava obras musicais sem a autorização dos detentores das obras e sem o recolhimento dos **direitos** autorais. O município alegou que é obrigatório o pagamento de **direitos** autorais quando existe lucro ou proveito econômico, porém negado provimento ao REsp do município.

Os **direitos** autorais ganharam mais um reforço com esta decisão, isso porque envolve a utilização de obras protegidas pela legislação que são usadas em locais públicos, quando uma música é tocada em lugar público constitui uma forma de difusão desta que pode trazer benefícios econômicos aos detentores dos **direitos** autorais.

Com a nossa legislação e entendimento jurisprudencial, fica evidente que independente da finalidade do evento, a cobrança de **direitos** autorais é devida, pois esta é a forma de reconhecimento do tra-

balho artístico e intelectual dos criadores da obra musical.

---

Disponível em: [https://www.stj.jus.br/sites/por talp/P aginas/Comunicacao/Noticias/2023/29122023-Co branca-de-direitos-autorais-por-musica-em -e ven to-publico-nao-esta-condicionada-a-obte ncao-d e-lucro.aspx#:~:text=%E2%80%8BA%20 Te ra%20Turma%20do,ou%20%C3%A0%20ob ten%C 3%A7%C3%A3o%20de%20lucro.](https://www.stj.jus.br/sites/por%20talp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29122023-Cobranca-de-direitos-autorais-por-musica-em-evento-publico-nao-esta-condicionada-a-obtencao-de-lucro.aspx#:~:text=%E2%80%8BA%20Te%20ra%20Turma%20do,ou%20%C3%A0%20obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20lucro.)

Hugo Werneck Advogado especialista na Área Empresarial do escritório Gameiro Advogados. Gameiro Advogados

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 7, 8, 16, 17

**Propriedade Intelectual**

4, 17

**Arbitragem e Mediação**

14